



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO, PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI (SAPATOS E BOTINAS) PARA A COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO - COMUR.

A **COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO - COMUR**, sociedade anônima de economia mista, sediada na cidade de Novo Hamburgo-RS, representada neste ato por seu Diretor-Geral, Sr. Juarez Valdir Kaiser, através do Departamento de Compras e Licitações, mediante Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação pública sob a modalidade de Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO, para Registro de Preços, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 2.159/05, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

1. LOCAL, DATA E HORA

1.1 A sessão pública será realizada no Escritório Administrativo da COMUR no dia **09 de junho de 2015, com início às 14 horas**, horário de Brasília – DF, sito na Rua Três de Outubro, nº 667, Bairro Ideal, 2º andar, Rodoviária Normélio Stabel, CEP nº 93336-130, Novo Hamburgo/RS.

2. OBJETO

2.1 O presente PREGÃO PRESENCIAL tem por objeto a formação de registro de preços visando à aquisição de **EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (SAPATOS E BOTINAS) PARA A COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO – COMUR**, seguindo as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência (baseado na Requisição de Compra Nº 2400/2015), sendo parte integrante deste edital.

3. DA APRESENTAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1 Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 8 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação no dia, hora e local mencionados no item 1.

3.2 A proposta e os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como nº 1 e nº 2, com os seguintes dizeres:

Nº 1

**“PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015”
“Identificação da licitante”
“PROPOSTA”**

Nº 2

**“PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015”
“Identificação da licitante”
“HABILITAÇÃO”**

3.3 No dia, hora e local, mencionados no item 1, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nºs **01 – PROPOSTA e 02 – HABILITAÇÃO**.

3.4 Encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

3.5 Após recebimento dos envelopes, a Pregoeira realizará o credenciamento das interessadas, de acordo com as exigências citadas no item 5.

3.5.1 As licitantes interessadas deverão, no momento do credenciamento, apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

3.6 A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação das licitantes, será pública, dirigida pela Pregoeira e realizada em conformidade com este edital, seus anexos e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520/02.



4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar desta licitação as empresas que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto do presente Pregão e que atendam ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos e qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.2 Não poderão participar do presente pregão as interessadas que se encontrem sob falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas de licitar e contratar com a Companhia Municipal de Urbanismo - COMUR.

4.3 O edital poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, situado na cidade de Novo Hamburgo/RS à Rua Três de Outubro, nº 667, Bairro Ideal, Térreo, Rodoviária Normélio Stabel, mediante pagamento da taxa de R\$ 5,00 (cinco reais) ou ainda por solicitação via e-mail, para o endereço compras@comur.com.br, devendo comunicar por telefone tal solicitação, em horário de expediente das 08h15min às 17h00, de segunda-feira a sexta-feira.

5. DO CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES

5.1 A licitante interessada deverá apresentar-se para credenciamento junto a Pregoeira, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda identificar-se, mediante apresentação de sua carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.2 Para fins de credenciamento, será indispensável à apresentação dos seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação, ou publicação oficial, os quais farão parte do processo licitatório:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

b) procuração particular ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em cartório, estabelecendo poderes para representar a licitante, expressamente quanto à formulação de propostas e a praticar todos os demais atos inerentes ao Pregão, acompanhada de um dos documentos citados na alínea anterior, conforme o caso, para fins de confirmação dos poderes para subscrevê-la, ou ainda, cópia autenticada de traslado de procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de preposto;

c) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no *anexo II* deste edital.

5.3 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 aos 45 da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 aos 45 da Lei Complementar 123/06, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

5.5 Os documentos necessários ao credenciamento, bem como o documento de identificação do representante, deverão ser entregues pelo mesmo em separado (em mãos) no local, data e hora estabelecidos no item 1 deste Edital, ou seja, tais documentos não deverão estar inclusos nos envelopes de proposta e habilitação.

5.6 Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para licitantes distintas.

5.7 A sessão de lances iniciará assim que findarem os credenciamentos dos representantes das empresas e a pregoeira entender que todos os aspectos estejam garantidos para a segurança do processo quanto aos princípios legais.

6. DA PROPOSTA

6.1 A proposta deverá conter, obrigatoriamente, os requisitos descritos a seguir, sob pena de ser desclassificada:



6.1.1 Valor em reais, referente ao valor unitário e total do objeto licitado.

6.1.2 Dados da licitante: nome/razão social, endereço e CNPJ.

6.1.3 Assinatura da licitante ou representante credenciada.

6.1.4 Prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública desta licitação.

6.2 A apresentação da proposta pela licitante implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação.

6.3 As propostas deverão atender integralmente o **Termo de Referência** deste Edital.

6.4 A ausência na proposta quanto ao prazo de validade indicará que a licitante aceita o especificado no *item 6.1.4* deste edital.

6.5 A licitante somente poderá apresentar 1 (uma) proposta, sob pena de ser desclassificada.

6.6 A proposta não poderá conter emendas e/ou rasuras.

6.7 Os erros ou equívocos porventura ocorridos, inclusive em termos de preço, serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, no caso de erro para mais, qualquer recurso, nem tampouco, no caso de erro para menos, eximir-se da execução do objeto, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, aceito pela Pregoeira.

6.8 No caso de discordância entre os preços unitário e total, será considerado o menor preço.

6.9 É conveniente que a proposta seja preenchida no formulário "Anexo II – Proposta Comercial".

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 Abertas às propostas, após verificação preliminar acerca da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no presente edital, serão classificadas para a etapa de apresentação de lances verbais, a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado preços superiores em até 10% à mesma, conforme prevê o art. 4º, inc. VIII da Lei Federal nº 10.520/02.

7.1.1 No caso de não serem verificadas no mínimo 3 (três) propostas nas condições descritas no caput deste item, serão classificadas para a etapa de apresentação de lances verbais, a proposta de menor preço e as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme prevê o art. 4º, inc. IX da Lei Federal nº 10.520/02.

7.2 Às licitantes classificadas de acordo com o disposto no *item 7.1 e subitem 7.1.1*, será dada oportunidade para nova disputa, mediante apresentação de lances verbais, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em relação à proposta de menor preço.

7.2.1 A Pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valores.

7.2.2 Antes do início da fase de apresentação de lances verbais, será convencionado pela Pregoeira o intervalo mínimo dos lances a serem ofertados.

7.2.3 Em caso de empate entre duas ou mais propostas classificadas, a sequência de realização dos lances será decidida mediante sorteio.

7.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenamento das propostas.

7.4 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas previstas neste Edital.

7.5 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) Contiverem opções de preços alternativos;
- c) Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) Se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do *item 5*;
- e) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

f) Não serão consideradas quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, criar direitos ou vantagens sem previsão neste edital, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.6 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Pregoeira decidirá acerca da aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor.

7.7 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **menor preço por item**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.



7.8 Após obtenção da proposta de menor valor, findo a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao *item 5.4* deste edital.

7.8.1 Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.9 Ocorrendo empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do *item 7.8.1*, deste edital, a apresentarem nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

7.10 O disposto nos itens 7.8 a 7.9, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

7.11 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 7.9, deste edital, será declarada vencedora do certame a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

7.12 Sendo aceitável a proposta de menor valor, proceder-se-á abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da respectiva licitante, para confirmação das condições habilitatórias. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.13 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a confirmação das condições habilitatórias da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao especificado no Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº2, os seguintes documentos:

8.1.1 Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, conforme modelo constante no *Anexo IV*.

8.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) Estarão dispensadas de apresentar a documentação exigida na alínea "c" aqueles empresários/soc. Empresárias que tiverem apresentado tal documentação para fins de credenciamento do representante, em atendimento ao disposto na alínea "a" do *Item 5, subitem 5.2*, deste Edital;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) os atos constitutivos, acima arrolados, deverão demonstrar que a licitante atua em ramo de atividade compatível com o objeto do presente Pregão.

8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Previdência Social (INSS);

e) prova de regularidade relativa ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

f) prova de regularidade fiscal e trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, a que se refere a Lei nº 12.440, de 7/07/2011;



8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com exceção das cooperativas, que não estão sujeitas à falência, nos termos do artigo 4º, da Lei 5.764/91;
- c) certidão negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.1.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

8.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 5.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no *item 8.1.3*, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 2 (dois) dias úteis a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

8.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.2.2 Ocorrendo a situação prevista no *item 8.2*, a sessão do pregão será suspensa, podendo a Pregoeira fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

8.2.3 O benefício de que trata o *item 8.2* não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.2, implicará na inabilitação da licitante e a adoção do procedimento previsto no *item 7.13*.

8.3 A prova de regularidade com a fazenda Municipal deverá contemplar todos os tributos Municipais.

8.4 Não será aceito, em nenhuma hipótese, protocolo de documento necessário à habilitação.

8.5 A falta de quaisquer dos documentos relacionados no item 8, ou a impossibilidade de aferição da regularidade de quaisquer dos documentos exigidos neste item, deste Edital, implicará na inabilitação da interessada.

8.6 Os envelopes contendo a documentação de habilitação que não forem abertos, estarão à disposição dos licitantes para retirada, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da homologação da licitação, sob pena de inutilização dos envelopes.

9. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada no item 1, sendo dirigidas à COMUR, por escrito, diretamente no Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Três de Outubro, nº 667, Bairro Ideal, Térreo, Rodoviária Normélio Stabel, em horário de expediente das 08h15min às 17h, de segunda a sexta-feira.

9.1.1 Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.1.2 Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 Declarada a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, na própria sessão, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo da recorrente.

10.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas por escrito e endereçadas ao Departamento de Compras e Licitações, sito na Rua Três de Outubro, nº 667, Bairro Ideal, Térreo, Rodoviária Normélio Stabel, CEP nº 93336-130, Novo Hamburgo/RS.

10.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1 A adjudicação em favor do(s) licitante(s) vencedor(es) na etapa de lances será feita pela Pregoeira no final da sessão e registrada em ata, após verificada a documentação de habilitação.

11.2 Em caso de recurso, a adjudicação será procedida pela autoridade mencionada no subitem 13.1.



12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 A homologação da adjudicação dos itens ao(s) licitante(s) vencedor(es) será feita pela autoridade competente, após o recebimento do processo licitatório concluído pela Pregoeira e equipe de apoio.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o Departamento de Compras e Licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para a assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório.

13.2 As convocações de que tratam o subitem anterior deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério da COMUR, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 2.159/05 e neste edital.

13.3 A ata firmada com os licitantes fornecedores observará a minuta do Anexo VI, podendo ser alterada nos termos dos artigos 57 e 58 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o Decreto Municipal nº 2.159/05.

13.4 Sempre que o licitante vencedor não atender à convocação, nos termos definidos no subitem 14.2, é facultado à administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o item específico ou o Registro de Preços.

13.5 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as condições mais favoráveis à COMUR.

13.6 A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da liquidação da despesa, após o recebimento dos objetos licitados, com o protocolo da Nota Fiscal e a tramitação do Processo para instrução e liquidação.

14.2 No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

14.3 A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Fatura contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

15. REALINHAMENTO DOS PREÇOS

15.1 O beneficiário do registro poderá solicitar o realinhamento dos preços vigentes através de solicitação formal a Pregoeira e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de entrega dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

15.2 O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

15.3 O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

15.4 Os pedidos de realinhamento dos preços de que trata este item, se necessário tal equilíbrio, só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta) dias entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo a solicitação ser protocolada nos primeiros quinze dias do mês subsequente ao bimestre citado.

16. PENALIDADES

16.1 A recusa injustificada das empresas, com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços, em assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e de, cumulativamente, ser-lhe cominada uma multa de valor pecuniário equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado da respectiva proposta, sem prejuízo da aplicação da penalidade preconizada pelo inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, ao contratado serão aplicadas as sanções elencadas pelo art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, isoladas ou cumulativamente, nos termos da referida



norma, sendo que, para tais efeitos, é estabelecido que a multa corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, em caso de infração contratual, e a 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, em caso de rescisão contratual por inadimplemento absoluto, sem prejuízo das demais sanções elencadas pela citada Lei Federal nº 8.666/93.

16.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

16.4 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

16.5 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUR, na forma da Lei ou será cobrada administrativa e/ou judicialmente, na hipótese de ser impossível a sua compensação.

16.6 As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

16.7 Nenhuma responsabilidade recairá sobre a Administração por eventuais perdas e danos oriundos de danos causados a terceiros, por culpa ou dolo do contratado e seus prepostos.

17. SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

17.1 Suspensão: Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

17.1.1 pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Pregão que deu origem ao Registro de Preços ou, ainda, por interesse da COMUR, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;

17.1.2 pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Pregão que deu origem ao Registro de Preços.

17.2 Cancelamento:

17.2.1 Os preços registrados poderão ser cancelados pela COMUR, quando:

17.2.1.1 o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

17.2.1.2 o fornecedor não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem a aceitação da justificativa pela COMUR;

17.2.1.3 o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do Registro de Preços;

17.2.1.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;

17.2.1.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

17.2.1.6 por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

17.2.2 Os preços registrados poderão ser cancelados pelo **FORNECEDOR**:

17.2.2.1 mediante solicitação formal, o mesmo comprovar estar impossibilitado definitivamente de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

18. PRAZO DE ENTREGA

18.1 A entrega do objeto licitado deverá ser realizada após o recebimento da Nota de Empenho, conforme condições descritas no **ANEXO I**, deste edital, sujeito a alterações, a depender da necessidade da Administração.

19. RESCISÃO

19.1 A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme Anexo VI – Ata de Registro de Preços.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas à COMUR, por escrito, diretamente no Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Três de Outubro, nº 667, Bairro Ideal, Térreo, Rodoviária Normélio Stabel, ou pelo telefone (51)3594.5429, ramal 220, em horário de expediente, das 08h15min às 17h, de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.



COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO - RS

Diretoria Administrativa e Financeira
Departamento de Compras e Licitações

20.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas, com relação ao presente Pregão, encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados na COMUR, no Departamento de Compras e Licitações.

20.3 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

20.4 Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião, por servidor ou empregado da COMUR, exceto aqueles cuja autenticidade possa ser verificada na Internet, os quais poderão ser entregues em cópia simples.

20.4.1 A autenticação das cópias por empregados da COMUR deverá ser solicitada até 1(um) dia útil antes da realização da sessão pública. Em não sendo obedecido o prazo acima estipulado, as cópias somente poderão ser autenticadas por Tabelião.

20.5 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados a COMUR.

20.6 As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7 A Companhia Municipal de Urbanismo poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, na forma do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

20.8 A presente licitação rege-se pela Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 2.159/05, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, sendo declarado competente o Foro da Comarca de Novo Hamburgo para dirimir controvérsias emergentes e quaisquer litígios oriundos da presente licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Novo Hamburgo, 22 de maio de 2015.

Juarez Kaiser,
Diretor-Geral.

Ivo Eduardo Weirich,
Diretor Administrativo-Financeiro.

Examinei e aprovo o presente edital.

Em ___/___/___

Fábio Tomasiak
Advogado – OAB/RS 50.755



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

1. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (SAPATOS E BOTINAS) PARA A COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO.

1.1 DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS - Requisição de compra nº 2400/2015.

	DESCRIÇÃO	Quantidade
1	Bota de borracha impermeável – PVC, comprimento do cano 28 cm, sem forro, solado antiderrapante, na cor preta. Com registro C.A.	500
2	Botina de segurança em couro de vaqueta na cor preta, com elástico nas laterais, dorso acolchoado, palmilha e biqueira de aço (antiperfuro), conforme ABNT, solado de poliuretano (PU) bidensidade injetado direto no cabedal. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	200
3	Botina de segurança específica para trabalho com eletricidade, sem componentes metálicos, confeccionado em vaqueta preta, lisa e curtida ao cromo, solado de poliuretano (PU) bidensidade, injetado direto no cabedal palmilha em couro natural e antibacteriana, dorso acolchoado, com elástico. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	100
4	Botina de Segurança, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobiano e macia, sola PU bidensidade antiderrapante e biqueira de aço. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	200
5	Botina de segurança, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento do cano com elásticos laterais recobertos, dorso acolchoado, cor preta, palmilha de montagem em não tecido pelo sistema strobrel, sobrepalmilha anti-microbiana, forro do cano com manta de não tecido com tratamento anti-microbiano, biqueira de Composite com avanço lateral para proteger os dedos, solado bidensidade bicolor e anti-derrapante injetado diretamente no cabedal. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	500
6	Botina de Segurança, modelo blatt, na cor preta, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobiano e macia, sola PU bidensidade antiderrapante com biqueira plástica. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." . Com registro C.A.	500



7	Sapato de segurança, modelo blatt, na cor preta, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobios e macia, sola PU bidensidade antiderrapante e sem biqueira. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	1000
8	Sapato de segurança, modelo blatt, na cor branca, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobios e macia, sola PU bidensidade antiderrapante e com biqueira plástica. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	1000
9	Tênis de segurança, de amarrar, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobios, sola PU bidensidade antiderrapante e biqueira plástica. Com registro C.A.	200

2. ENTREGA – PRAZOS E CONDIÇÕES

a) Local de Entrega: Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da Comur, sito na Rua Bartolomeu de Gusmão, nº 3550, Pavilhão "D", Bairro Canudos, Novo Hamburgo/RS, ou será mencionado endereço diverso, dentro do mesmo Município, na entrega da Nota de Empenho.

a.1) Os materiais entregues em desconformidade serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema em até 2 (dias) úteis, sob pena de cancelamento da compra.

b) Horário de Entrega: De segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 17h.

c) Prazo de Entrega: 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

d) Prazo de Validade da Proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias após o recebimento.

e) Forma de Pagamento: 30 (trinta) dias após o recebimento dos objetos licitados, com recebimento da Nota Fiscal Eletrônica.

f) Notas Fiscais: A Nota Fiscal deverá descrever as seguintes informações:

f.1) Valor unitário e valor total do material;

f.2) Número da Nota de Empenho e do processo de compra;

f.3) Dados bancários para depósito;

f.4) Marca e modelo do produto;

f.5) Prazo de pagamento;

f.6) Conforme Protocolo ICMS 85/2010, que diz respeito à obrigatoriedade do fornecimento pela contratada de Nota Fiscal Eletrônica - **NF-e** em todas as compras realizadas por empresa pública e sociedade de economia mista, o fornecedor deverá enviar para o e-mail financeiro@comur.com.br a Nota Fiscal Eletrônica referente a cada compra de material realizada pela COMUR.

g) Tributos/encargos/fretes: Os custos com tributos, encargos financeiros, frete, entre outros, deverão estar inclusos no preço proposto.

h) Da Adjudicação: Por item.

i) Da elaboração das artes: a arte será elaborada e fornecida pela COMUR, sendo que a produção do material deve respeitar as normas e manuais de identidade visual e de materiais gráficos da municipalidade.

j) A empresa deverá seguir as orientações do layout entregue pela COMUR para a confecção e aplicação de serigrafias para camisetas, calças, jaquetas, bonés e bermudas, ver layout anexo.

k) A empresa deverá apresentar amostra de tecidos e tabela de cores a serem escolhidas pela COMUR, antes da execução dos itens.

Marinete Schmitt,
Gerente Administrativa-Financeira.



ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015**

Papel Timbrado da Empresa

À COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

REPRESENTANTE LEGAL (NOME, CARGO, RG E CPF):

A (Razão Social da Licitante), em resposta ao Edital de Pregão Presencial nº 004/2015, formaliza a seguinte proposta comercial:

	Descrição	UND	Quantidade Registrada	Preço Médio	Total
1	Bota de borracha impermeável – PVC, comprimento do cano 28 cm, sem forro, solado antiderrapante, na cor preta. Com registro C.A.	UND	500		
2	Botina de segurança em couro de vaqueta na cor preta, com elástico nas laterais, dorso acolchoado, palmilha e biqueira de aço (antiperfuro), conforme ABNT, solado de poliuretano (PU) bidensidade injetado direto no cabedal. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	UND	200		
3	Botina de segurança específica para trabalho com eletricidade, sem componentes metálicos, confeccionado em vaqueta preta, lisa e curtida ao cromo, solado de poliuretano (PU) bidensidade, injetado direto no cabedal palmilha em couro natural e antibacteriana, dorso acolchoado, com elástico. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	UND	100		



4	Botina de Segurança, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobicos e macia, sola PU bidensidade antiderrapante e biqueira de aço. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	UND	200		
5	Botina de segurança, confeccionado em couro curtido ao cromo, fechamento do cano com elásticos laterais recobertos, dorso acolchoado, cor preta, palmilha de montagem em não tecido pelo sistema strobel, sobrepalmilha anti-microbiana, forro do cano com manta de não tecido com tratamento anti-microbiano, biqueira de Composite com avanço lateral para proteger os dedos, solado bidensidade bicolor e anti-derrapante injetado diretamente no cabedal. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	UND	500		
6	Botina de Segurança, modelo blatt, na cor preta, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobicos e macia, sola PU bidensidade antiderrapante com biqueira plástica. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	UND	500		
7	Sapato de segurança, modelo blatt, na cor preta, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobicos e macia, sola PU bidensidade antiderrapante e	UND	1000		



	sem biqueira. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT, com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.				
8	Sapato de segurança, modelo blatt, na cor branca, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobicos e macia, sola PU bidensidade antiderrapante e com biqueira plástica. "O calçado deve estar dentro dos padrões de conforto e confecção atendendo as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT , com Selo de Conforto conforme NBR 14834." Com registro C.A.	UND	1000		
9	Tênis de segurança, de amarrar, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com cobertura em tecido algodão antimicrobicos, sola PU bidensidade antiderrapante e biqueira plástica. Com registro C.A.	UND	200		

Prazo da proposta: 60 dias;

Condições de pagamento: conforme edital;

Impostos/encargos: incluso no preço.

CARIMBO DA EMPRESA

DATA E LOCAL

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em atendimento ao disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no item 8 deste Pregão Presencial nº 004/2015.

_____, _____ de _____ de 2015.

(representante legal)



ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO V DO ART. 27 DA
LEI Nº 8.666/93 (MÃO-DE-OBRA DE MENORES)**

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2015.

(representante legal)



ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

CRENCIAMENTO

A empresa _____ credencia o Sr(a)
_____, CPF nº _____, RG nº _____, com endereço
na _____ e Telefone e/ou Fax nº _____ conferindo-
lhe todos os poderes necessários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

_____, ____ de _____ de 2015.



ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2015

Aos dias do mês de de 2015, presentes, de um lado, a COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO-COMUR, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. Juarez Valdi Kaiser, doravante denominada abreviadamente como COMUR, e de outro, a empresa, representada pelo, com sede na, CNPJ, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), referente ao Pregão Presencial nº 004/2015, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INDIVIDUAL DE PROTEÇÃO (SAPATOS E BOTINAS) PARA A COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO-COMUR, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.159/05, e do Decreto Federal nº 3.931/01, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços de **EQUIPAMENTO INDIVIDUAL DE PROTEÇÃO (SAPATOS E BOTINAS) PARA A COMPANHIA MUNICIPAL DE URBANISMO**, em atendimento a Requisição de Compras nº 2377/2015, conforme descrição, marcas e preços constantes da Proposta, parte integrante do Pregão Presencial nº 004/2015. Faz parte desta Ata o Anexo I – Termo de Referência do Edital.

1.2. A existência de preços registrados não implicará em contratações ou aquisições que dele poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa a licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço deverá ser fixo, conforme valor estipulado na Proposta inclusa na **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**.

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REALINHAMENTO DOS PREÇOS

3.1. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o realinhamento dos preços vigentes através de solicitação formal a Pregoeira e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

3.2. O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.3. O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

3.4. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Departamento de Compras e Licitações - Diretoria Administrativa e Financeira e a Pregoeira e Equipe de Apoio, com todos os documentos de que trata o item 3.1 acima.

3.5. Independentemente do disposto na Cláusula Terceira, a Pregoeira e Equipe de Apoio poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na imprensa oficial da COMUR – Jornal NH.



CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura da presente ata.

4.2. O prazo da entrega do produto deverá ser de até 10 (dez) dias após a entrega da nota de empenho. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto deverá estar em conformidade com o disposto no Anexo I – Termo de Referência, do edital.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS

5.1. O pagamento referente à aquisição do produto será efetuado em até 30 (trinta) dias após entrega do material e do documento fiscal da referida despesa.

5.2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

5.3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, a COMUR poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela COMUR, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.2 Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pelo Departamento de Compras e Licitações da Companhia Municipal de Urbanismo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

7.1. O objeto deverá ser entregue até 10 (dez) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

7.2. O material deverá ser entregue embalado em saco plástico com numeração visível.

7.3. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal 2.159/05, na Lei Federal nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

7.4. O cumprimento do objeto desta ata será realizado no prazo estabelecido na Cláusula Quarta item 4.2, contado do recebimento da Nota de Empenho.

7.5. A entrega dos PRODUTOS deverá ser realizada no prazo estabelecido na Cláusula Quarta, item 4.2, contado do recebimento da Nota de Empenho, no local estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

7.6. O prazo estabelecido no item 4.2 poderá ser prorrogado quando solicitado pelo FORNECEDOR e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela COMUR.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, a critério da Administração.

8.2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às Detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

8.3 MULTA

8.3.1. por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

8.3.2. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;



8.3.3. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

8.3.4. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUR, na forma da Lei ou será cobrada administrativa e/ou judicialmente, na hipótese de ser impossível a sua compensação.

8.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. Caso a COMUR não se utilize de prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo de incidências das sanções previstas no Edital, na Lei Federal nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

9.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. O FORNECEDOR reconhece os direitos da COMUR nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Pela COMUR, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem a aceitação da justificativa pela Administração;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do Registro de Preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR, quando:

a) mediante solicitação formal, o mesmo comprovar estar impossibilitado definitivamente de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

10.2. O cancelamento será provido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

10.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos na Cláusula Décima, item 10.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

10.4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial da COMUR – Jornal NH, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

10.5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos PRODUTOS, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na Cláusula Oitava, desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos PRODUTOS constantes do Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E GARANTIAS

11.1. O Fornecedor terá o prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir da solicitação, para substituir o produto com o problema solucionado, ou fornecer outro em perfeito estado.

11.2. O fornecimento dos produtos inclui a entrega, carga e descarga dos materiais, com mão de obra compatível sob responsabilidade do fornecedor, bem como as demais despesas decorrentes como custos com tributos, encargos financeiros, entre outros que vierem a existir.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS

As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Sr. Juarez Valdir Kaiser, Diretor-Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CADASTRO RESERVA

A(s) empresa(s).....CNPJ..... aceita, no caso da exclusão do primeiro colocado nas hipóteses previstas nos art. 20 e 21 do Decreto Nº 7.982/2013, as mesmas condições da presente Ata, incluindo os valores dos itens registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Novo Hamburgo/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2015 e a proposta da empresa _____, classificada em 1º lugar, nos itens _____, na licitação.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal nº 2.159/05 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Novo Hamburgo, _____ de _____ de 2015.

Juarez Kaiser,
Diretor-Geral.

Ivo Eduardo Weirich,
Diretor Administrativo-Financeiro.

Empresa vencedora

Fábio Tomasiak
Advogado – OAB/RS 50.755



ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

DADOS DA EMPRESA PARA CONTATO

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Horário Comercial: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Contato: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo: _____

Cargo ou função: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Data

Assinatura